

Compromisso com o ecumenismo de justiça – 30 anos da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE

Dedicado às amigas e aos amigos da CESE
no promoção do ecumenismo de justiça

Rudolf von Sinner*

Resumo: A Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, fundada em 1973, organismo ecumênico constituído por igrejas cristãs, vem apoiando, em colaboração com agências de cooperação internacional, movimentos populares e promovendo uma diaconia transformadora. Assim, tornou-se um ator único no campo de um ecumenismo que se sabe comprometido com a luta pela justiça. Na medida em que mudou a conjuntura na qual a CESE atua, ela enfrenta novos desafios. O autor descreve a trajetória da CESE com aspectos históricos e teológicos e conclui formulando estes desafios.

Resumen: La Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, fundada en 1973, organismo ecuménico constituido por iglesias cristianas, viene apoyando, en colaboración con agencias de cooperación internacional, movimientos populares, y promoviendo, una diaconía transformadora. Así, se tornó un actor único en el campo de un ecumenismo que se sabe comprometido con la lucha por la justicia. En la medida en que cambió la coyuntura en la cual la CESE actúa, ella enfrenta nuevos desafíos. El autor describe la trayectoria de la CESE con aspectos históricos y teológicos y concluye formulando estos desafíos.

Abstract: The Coordenadoria Ecumênica de Serviço [Ecumenical Service Coordination Center] – CESE, an ecumenical organization made up of Christian churches and founded in 1973, in collaboration with agencies of international cooperation, has continually supported popular movements and promoted a transforming diaconia. Therefore, it has a special place within the field of the ecumenical endeavor that understands itself as committed to the struggle for justice. As the situation in which CESE acts changed, it has confronted new challenges. The author describes the trajectory of CESE sighting historical and theological aspects and, in conclusion, formulates these challenges.

* Natural da Suíça, trabalhou durante dois anos (2001- 02) na CESE. Em 2003, assumiu a cadeira de Teologia Sistemática, Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso na Escola Superior de Teologia. Este texto é a versão revisada de uma apresentação feita na Mesa Redonda sobre Ecumenismo e Sociedade, promovida pelo Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e à Educação Popular – CESEP, no dia 29 de julho de 2003, como parte da Conferência sobre o Cristianismo na América Latina e no Caribe (www.cesep.org.br/conferencia), realizada em São Paulo, da qual o autor participou como representante oficial da CESE e da EST.

1 - Introdução

A CESE vem servindo, desde sua fundação há 30 anos, como instrumento da ajuda intereclesial, ou seja, do lado diaconal do movimento ecumênico. Este tipo de ecumenismo é chamado de vários nomes, entre eles “ecumenismo prático”, “ecumenismo de promoção humana”, “ecumenismo com justiça” ou, como proponho aqui, “ecumenismo *de* justiça”. Não se trata aqui de contrapor um ecumenismo a outro (doutrinal, espiritual etc.), como se fossem mutuamente exclusivos. Antes, indica a ênfase num elemento específico, intrínseco à fé cristã e, portanto, ecumênico, pois “ecumenismo” designa a dimensão universal da fé cristã, sua presença em toda a *oikoumene*, ou seja, em toda a “terra habitada”.¹ Falar do ecumenismo *de* justiça implica precisamente que não existe ecumenismo sem justiça, como veremos adiante.

Como parceira privilegiada do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e de um considerável número de agências de cooperação internacional, a CESE vem construindo pontes entre os diferentes mundos deste único planeta, procurando ser fiel à sua missão de “[...] fortalecer grupos populares empenhados nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça, intermediando recursos financeiros e compartilhando espaços de diálogo e articulação.”²

De uma maneira inédita, ela pratica relações ecumênicas de forma triangular, relacionando igrejas e agências de cooperação internacional com movimentos populares. Isto lhe assegurou o respeito tanto dos mesmos, quanto das agências, quanto de órgãos públicos. Entre outros, ganhou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, na categoria de entidade, no ano de 1993. Forte testemunho simbólico do seu trabalho é também a foto publicada na capa da revista *Visão* após o massacre do Carandiru, em 1992. Primeira imagem captada pela imprensa quando o acesso ao local do conflito foi liberado, a foto mostra um detento segurando a Cartilha de Direitos Humanos produzida pela CESE, quase 20 anos após sua publicação³.

A CESE foi fundada como fruto de uma consulta sobre *Ajuda Intere-*

1 Cf. Gottfried BRAKEMEIER, Ecumenismo: repensando o significado e a abrangência de um termo, *Perspectivas Teológicas*, v. 33, p. 195-216, 2001.

2 CESE, *É fácil se indignar com a fome e a miséria. Difícil é servir para semear transformação*, folder institucional, Salvador: CESE, 2003, p. 3.

3 A imagem foi reproduzida pelas imprensas nacional e internacional. Cf. CESE, *Declaração universal dos Direitos Humanos*, 5. ed., Salvador: CESE, 2000, p. 1. Esta cartilha contém a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, junto com citações de textos bíblicos e documentos de suas igrejas-membro. Foram distribuídas, até hoje, mais de 2 milhões de cópias.

clesiástica Norte-Nordeste, promovida pelas então quatro igrejas-membro do CMI: Anglicana, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista e Pentecostal “O Brasil para Cristo”. Esta consulta, realizada em agosto de 1972, em Salvador/Bahia, contou ainda com a cooperação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Missão Presbiteriana do Brasil Central, além do próprio CMI. Foi marcante tanto pelo destaque que começaram a receber as regiões brasileiras do Norte e Nordeste, lugares de maior concentração de pobreza no país, quanto pela cooperação ecumênica entre católicos romanos e evangélicos⁴. Destacou-se que

Cristo é o libertador do homem do pecado e de todas as suas conseqüências. A Igreja, serve do mundo, continua no tempo a missão de Cristo. Sua ação no campo social consiste na evangelização libertadora, esperança para os homens no desespero, que caracteriza o tempo presente. Procura, com sua pobreza, a promoção do próprio homem na transformação do mundo e de si mesmo, em benefício do homem todo e de todos os homens, numa dimensão comunitária. Será mais uma ação com o homem do que para o homem.⁵

Conseqüentemente, a CESE prioriza “projetos relacionados com processos de desenvolvimento que assegurem a participação da comunidade no planejamento, implementação, produção e administração do empreendimento específico.”⁶

Ao longo dos seus 30 anos de existência, a CESE tem apoiado mais de 6 mil projetos, beneficiando diretamente – segundo informações dos projetos – mais de 6 milhões de pessoas. Através de seu zelo para uma diaconia transformadora e ecumênica, foi e continua sendo um instrumento importante do ecumenismo. Parece-me muito significativo que um bispo negro, católico romano, D. Gilio Felício (Bagé/RS), tenha sido eleito presidente para o próximo triênio. Mostra um amadurecimento ecumênico pioneiro em, pelo menos, dois níveis. Dá-se no nível *confessional*, entre católicos romanos e evangélicos, pois é um fato que grande parte destes últimos mantém, tradicionalmente, uma postura anticatólica⁷. No nível *étnico*, significa reconhecer a

4 Cf. sobre este aspecto e a gênese da CESE, Carlos Gilberto BOCK, *O ecumenismo eclesial em debate*: uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC, São Leopoldo: IEPG/Sinodal, 1998, p. 54.

5 Citado do relatório do encontro, ap. Jesus HORTAL, *Guia ecumênico*: informações, normas e diretrizes sobre ecumenismo, 3. ed., São Paulo: Paulus, 2003 (Estudos da CNBB, 21), Verbetes “CESE”, p. 82s.

6 Estatuto da CESE, art. 50, ap. Jesus HORTAL, op. cit., p. 83.

7 Podemos citar como fatores a importação de tal postura anticatólica nas igrejas de missão, razões históricas de discriminação sofrida sob a dominação da Igreja Católica Romana, também por achar necessário distinguir-se da maioria e, não por último, pelo simples desconhecimento das irmãs e dos irmãos da Igreja Católica Romana.

importantíssima contribuição das e dos afro-descendentes no Brasil, que D. Gilio vem representando e defendendo enquanto presidente da Pastoral Afro. Também esta é uma temática que vem encontrando significativa resistência em comunidades evangélicas. Assim, a CESE se mostra como *pontificia*, ou seja, como construtora de pontes entre essa diversidade de igrejas, agências, movimentos populares, etnias, gêneros – o que é em si uma tarefa ecumênica.

A seguir, apresentarei breves reflexões sobre este ecumenismo de justiça na atualidade (2.), enfatizando a contribuição das igrejas e seus organismos ecumênicos, como a CESE, no espaço público (3.). Encerrarei identificando desafios que vejo para este trabalho (4.).

2 - Ecumenismo de justiça

Na sua última Assembléia Geral, a CESE reiterou “seu compromisso ecumênico de afirmar a vida, apoiando, decididamente, o movimento popular em suas ações que conduzam a estruturas sociais justas e democráticas”⁸. Destaca, assim, a importância da participação das igrejas e de todo o povo no espaço público para instituir e fortalecer estruturas sociais justas e democráticas. Vê com muita esperança o governo popular eleito que tomou posse no início deste ano. As pessoas e o partido que ganharam as eleições têm uma trajetória que se encontra, em muitos lugares, com aquela dos funcionários e das funcionárias e de outras pessoas ligadas à CESE. Foi eleito, em outubro de 2002, um governo popular, desejado desde anos. No entanto, pela natureza da CESE enquanto organismo ecumênico não governamental e pela tarefa profética por ela assumida, ela não pode deixar de se comportar como parceira crítica na transformação social do país. No referido documento, a CESE destaca que “o compreensível processo de transição traz evidentes contradições que precisam, com urgência, dar lugar a novas e consistentes prioridades sociais”. Também clama pela realização de “todas as reformas almeçadas pelos setores populares”. Por fim, adverte que o Programa *Fome Zero* e outras medidas no âmbito nacional “correm o risco de se ater num enfoque assistencialista diante dos limites impostos pela hegemonia do capital financeiro”. Assim, a CESE lembra que a situação gritante de miséria que atinge grande parte da população no país não pode ser enfrentada meramente com medidas como o Fome Zero, por importante que sejam, mas por uma crítica ao sistema econômico que assumiu hegemonia global e pela busca da sua transformação. Nesta mensagem, podemos ver que a CESE se insere, como outras organizações da sociedade civil, no processo democrático de uma co-

8 http://www.cese.org.br/Sementenet/Notas/msg_cese.htm; acesso em 26 de julho de 2003.

laboração crítica com o governo, manifestando-se em momentos oportunos com sua visão específica. Esta visão tem sua base na justiça, como mostra bem a citação do profeta Amós no final do documento da CESE: “Antes corra o juízo como as águas, e a justiça como ribeiro perene” (Am 5.24). O ecumenismo da CESE, portanto, é um ecumenismo norteado pela justiça que tem base no próprio Deus: “Aborreço, desprezo as vossas festas e com as vossas assembleias solenes não tenho nenhum prazer” diz ele através do profeta Amós, no mesmo contexto do citado anterior (Am 5.21). Se não houver justiça, não pode haver adoração a Deus. A fé e o louvor são intrinsecamente ligados à prática da justiça.

Tudo isso, talvez, seja bem conhecido e, no âmbito do discurso ecumênico latino-americano, bastante óbvio⁹. No entanto, ao usar, hoje, a palavra “justiça”, não é tão claro assim que tipo de justiça está sendo proposto. O presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush, após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, propôs uma reação imediata que chamou de “justiça eterna”. Depois, lembrado que esta justiça cabe apenas a Deus e que existe certa diferença entre a justiça divina e a justiça mundana, mudou a palavra-chave para “liberdade duradoura”. Os discursos do presidente Bush estão repletos de motivos religiosos, nomeadamente de um messianismo dos EUA. Mas será que é esta a justiça que deveria ser procurada? Uma justiça imposta pelo governo de uma nação e seus meios de poder, entendendo-se como instrumento de Deus?

3 - Advogando a justiça pelo engajamento no espaço público

A doutrina dos dois regimes, temporal e espiritual, como formulada por Lutero, diferencia o espaço do Estado do espaço da igreja. Ela foi, muitas vezes, mal entendida como advogando a separação dos dois e um quietismo por parte da igreja frente ao Estado. No entanto, Lutero quis apenas assegurar que os dois cumpram suas distintas tarefas. Assim, por exemplo, ninguém deveria ser forçado pelo Estado a uma crença específica. Lutero reconheceu que o Estado consiste de crentes (cristãos) e de não cristãos e precisa contemplar os dois. A autoridade secular é necessária e se lhe deve obediência,

⁹ Cf. Zwinglio M. DIAS, O Movimento Ecumênico: história e significado, *Numen*, v. 1, n. 1, p. 127-163, 1998, que pleiteia a manutenção da “utopia de uma *oikoumene* com justiça num tempo de mercantilização idolátrica da religiosidade e da vida” (p. 162), após ter desenhado o perfil do movimento ecumênico na América Latina com seu eixo neste tipo de ecumenismo. Cf. também Gerhard TIEL, *Ecumenismo na perspectiva do reino de Deus: uma análise do movimento ecumênico de base*, São Leopoldo: Sinodal, CEBI, 1998.

mas a primeira obediência é a Deus (cf. At 5.29)¹⁰. De semelhante modo, Karl Barth situou a comunidade cristã dentro da comunidade civil, num modelo de círculos concêntricos. A comunidade cristã atua pela motivação da fé numa sociedade onde nem todos são cristãos, contemplando o bem de todas e todos e fazendo sua contribuição por ela. Assim, por exemplo, por ter uma fé universal e ecumênica, a comunidade cristã pode preservar a comunidade civil de absolutizar a si mesma¹¹.

Portanto, a fé motiva para uma participação ativa, construtiva e crítica na política. É tarefa das igrejas se manifestarem crítica e construtivamente frente ao poder público. Como bem explicou Walter Altmann, recorrendo a uma tipologia desenvolvida por Ulrich Duchrow, o modo desta atuação depende do contexto¹². Sob um regime opressor, não é possível ter uma atuação de transformação ativa, pois o espaço para tal é muito limitado. Numa gradual abertura, como ocorreu no Brasil a partir de 1974, pode-se manifestar de forma mais clara e ativa a oposição ao regime opressor. Foi neste período que a teologia da libertação, formulada sob uma situação de forte repressão política, teve sua maior influência, bem além dos meios teológicos, para dentro das igrejas e da sociedade mais ampla. Finalmente, onde há uma democracia estabelecida, é possível uma participação crítico-construtiva. Podemos dizer que, hoje, existe no Brasil tal situação política, após um longo período de transição de um regime autoritário para a democracia plena. Portanto, parece oportuno continuar, conforme sugeriu Hugo Assmann há quase dez anos, a teologia da libertação como “teologia da solidariedade e da cidadania”¹³. O metodista Clóvis Pinto de Castro retomou a temática e desenhou pistas para uma “pastoral da cidadania”, na visão de uma “fé cidadã”¹⁴. É óbvio, ao mesmo tempo, que o clamor pela justiça não parou, e que existem milhões de pessoas que estão excluídas dos bens tanto da economia, quanto do Estado de Direito. A situação de muitas delas não melhorou com a democracia. O que mudou, portanto, não é o argumento fundamental da teologia da libertação, ou seja, a opção pelos pobres; o que mudou é o contexto e o

10 Cf. Martinho LUTERO, Da autoridade secular: até que ponto se lhe deve obediência [1523], in: id., *Obras selecionadas*, São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1996, v. 6, p. 79-114.

11 Cf. Karl BARTH, Comunidade cristã e comunidade civil, in: id., *Dádiva e louvor*: artigos selecionados. São Leopoldo: Sinodal, IEPG, 1996, p. 289-315.

12 Cf. Walter ALTMANN, *Lutero e libertação*, São Paulo: Ática, 1994, p. 159-182, especialmente p. 176-180.

13 Cf. Hugo ASSMANN, Teologia da solidariedade e da cidadania: ou seja: continuando a teologia da libertação, in: id., *Crítica à lógica da exclusão*, São Paulo, 1994, p. 13-36; id.; Jung Mo SUNG, *Competência e sensibilidade solidária*: educar para a esperança, 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

14 Cf. Clóvis Pinto de CASTRO, *Por uma fé cidadã*: a dimensão pública da igreja: fundamentos para uma pastoral da cidadania, São Bernardo do Campo: IEPG; São Paulo: Loyola, 2000.

modo de atuação nele. Muito provavelmente, é este o maior desafio das igrejas no Brasil hoje em relação à sociedade: colaborar para que se torne efetiva a cidadania plena de todas e todos que a ela têm direito. Esta é uma tarefa ecumênica e uma questão de justiça, e nisto é expressão de um engajamento que provém dos primórdios do movimento ecumênico contemporâneo¹⁵.

A CESE foi fundada ainda na fase mais repressiva do regime militar. Hoje, a atuação dela, outrora confinada a certa clandestinidade para manter sua independência, torna-se mais e mais pública, manifestando-se como importante personagem no espaço público democrático. Uma primeira consulta com as igrejas-membro sobre a diaconia foi realizada em 1986, pouco tempo após o fim do regime militar. A segunda consulta aconteceu dez anos depois, em 1996. Mudou, e isto é significativo, de nome, passando a ser chamada de “Consulta sobre *Cidadania e Diaconia*” (grifo meu). A diaconia, serviço das igrejas cristãs que se estende a toda a sociedade, foi vista como ligada à conquista da cidadania plena. A terceira consulta, realizada em 2001, continuou nesta linha e animou jovens a se engajarem nas suas igrejas para uma diaconia em prol da cidadania, procurando a colaboração com movimentos populares¹⁶. Estas consultas mostram a função animadora da CESE em relação às igrejas-membro e refletem claramente a mudança de contexto e a necessidade de novas formas de atuação diaconal ecumênica.

4 - Desafios atuais

Um primeiro aspecto diz respeito ao *funcionamento da CESE*. Em 2000, ela submeteu-se a um processo profundo de reestruturação e reorientação¹⁷. Ainda está implementando as medidas implicadas neste processo, mas pode-se dizer que a CESE é pioneira na sua adaptação à nova conjuntura nacional e internacional. Tem-se profissionalizado, com sistemas de planejamento, monitoramento e avaliação (PMA) que aplica tanto para os projetos que apóia, quanto para seu próprio desenvolvimento institucional. Eficiência e

15 Um dos movimentos que fundaram o CMI foi precisamente “Vida e Ação”, que promoveu sua primeira Assembléia Mundial em Estocolmo, no ano de 1925. Sua ênfase é a cooperação ecumênica na sua dimensão prática. Nesta linha, podem ser destacadas ainda a Conferência sobre Igreja e Sociedade (Genebra, 1966), com forte participação da América Latina, e a Convocação Mundial sobre Justiça, Paz e Integridade da Criação (Seul, 1990), que fazia parte de um processo “conciliar” de Justiça, Paz e Integridade da Criação, sendo sugerido pela 6^a Assembléia Geral do CMI (Vancouver, 1983).

16 Cf. o relatório em CESE, *3^a Consulta sobre Cidadania e Diaconia*, Salvador: CESE, 2002. Este e os relatórios das consultas anteriores estão disponíveis na CESE.

17 Cf. CESE, *Planejamento Estratégico 2001-2005*, Salvador: CESE, 2000.

transparência são importantes para aplicar os recursos do modo mais apropriado. Afinal, com recursos repassados de cerca de 3,3 milhões de reais por ano, aplicados em cerca de 450 pequenos projetos e um número restrito de projetos maiores, não é espectacular o apoio em termos financeiros. O apoio por projeto oscila entre mil e 20 mil reais. No entanto, uma equipe bem qualificada trabalha para obter o maior efeito com o menor influxo de recursos, para não criar novas dependências. Nem todos que requerem apoio compreendem isto, mas é uma marca fundamental do trabalho da CESE. É preciso muito trabalho de conscientização, inclusive nas comunidades de igrejas que desenvolvem projetos com apoio da CESE.

Um segundo aspecto são as *Campanhas Primavera para a Vida* que a CESE iniciou em setembro de 2001. É uma campanha anual e tem dois motivos principais: em primeiro lugar, pretende divulgar a CESE e seu trabalho, querendo alcançar especialmente as bases das igrejas¹⁸; em segundo lugar, quer captar recursos a partir destas bases e outras pessoas e entidades interessadas, para aumentar a base financeira nacional. Até hoje, a maior parte dos recursos aplicadas pela CESE nos pequenos projetos provém de agências de cooperação internacional no exterior. Além do fato destes recursos estarem diminuindo, é oportuno ter uma base nacional também no âmbito financeiro, tornando-se o verdadeiro braço diaconal *assumido* pelas igrejas. Portanto, os dois aspectos estão interligados. Um sinal visível disto é a proposta de um *Dia Nacional de Oração e Coleta para a CESE* a ser, idealmente, institucionalizado nas igrejas-membro. Para tal, a cada ano, é elaborada uma proposta litúrgica por uma equipe ecumênica. Em 2002, um bom número de comunidades se manifestou, afirmando que tinha celebrado este dia e mandando uma doação à CESE. São significativos os retornos também a partir de movimentos e de projetos apoiados pela CESE. Uma comunidade de pescadores no Rio Grande do Norte que tinha recebido apoio para comprar um barco dedicou o lucro de um dia de pesca à CESE. Mesmo que, diante do necessário, tenha sido um valor modesto, é incalculável a importância simbólica deste ato de solidariedade com os demais dos que uma vez foram beneficiados.

É claro, e este é um terceiro aspecto, que esta procura de um *maior contato com as igrejas* é, de certa forma, ambígua, pois resulta não apenas num maior número de solicitações de apoio, mas também numa maior fiscalização da política da CESE. Para citar um exemplo: um grupo de uma igreja-membro evangélica protestou contra o, segundo eles, indevido contato que

18 Para tal, publica uma cartilha com informações gerais, reflexões temáticas, descrições de projetos e sugestões de participação para cada campanha.

seus líderes teriam, através da CESE, com o candomblé. Tinham lido no Boletim Informativo da CESE que um culto ecumênico fora celebrado no “Terreiro de Jesus”, em Salvador/Bahia. Quem conhece o local sabe que se trata do “terreiro” ou terreno dos “padres da Companhia de Jesus”, os jesuítas. Hoje é, na sua forma abreviada, o nome da praça central na cidade alta de Salvador. O grupo, de outro estado, entendeu que se tratava de um culto num terreiro de candomblé. Este engano mostra dois aspectos, ambos sérios: muitos membros das igrejas evangélicas – e também da católica romana – são avessos às religiões afro-brasileiros e entendem que, nelas, atua o demônio. Portanto, procuram evitar o contato para não “se contagiar”. Por outro lado, fica evidente o lamentável grau de informação que se tem – bastam umas palavras-chave identificadas como “más” para escandalizar-se. Neste contexto, é importante ressaltar que a CESE vem se engajando em prol do movimento negro e do resgate das culturas afro, mantendo neutralidade diante da questão religiosa.¹⁹ Enquanto afirma seu embasamento na fé cristã, ela trabalha pela melhora da vida de todas e todos, com pleno respeito à alteridade.

O tipo de reações demonstrado pela referida comunidade evangélica vai, muito provavelmente, aumentar, pois o ecumenismo é um assunto de grande controvérsia entre os fiéis destas igrejas. Outras pessoas retiraram sua colaboração com a CESE por diferenças no nível moral, achando que a CESE fomentaria o homossexualismo pelo fato de apoiar o Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS, o GAPA. Portanto, além do dia-a-dia de avaliação de projetos, torna-se mais e mais importante para a CESE a *legitimação teológica* do seu trabalho e a *comunicação contínua com suas bases*. Esta nova demanda é bastante exigente até em termos de recursos humanos. É muito importante, pois é um momento privilegiado de contato com os fiéis que pode servir, idealmente, para um resgate do sentido positivo e intrinsecamente cristão tanto do ecumenismo²⁰ quanto da diaconia transformadora²¹.

19 Cf., entre outros, o *Programa de Apoio ao Movimento Negro*, desenvolvido durante cinco anos com apoio da agência alemã *Evangelischer Entwicklungsdienst*, agora sistematizado na publicação CESE, *Racismo no Brasil: por que um programa com quilombos?*, Salvador: CESE 2003.

20 Cf. Julio de SANTA ANA, *Ecumenismo e libertação*, Petrópolis: Vozes, 1987, especialmente a excelente parte bíblica, p. 177-218; Elias WOLFF, *Caminhos do ecumenismo no Brasil: história – teologia – pastoral*, São Paulo: Paulus, 2002, especialmente p. 155-231.

21 Pode contribuir para essa reflexão a fundamentação bíblica da diaconia em Rodolfo GAEDEN NETO, *A diaconia de Jesus: contribuição para a fundamentação teológica da diaconia na América Latina*, São Leopoldo: Sinodal, CEBI; São Paulo: Paulus, 2001. Veja também a coletânea: Sérgio ANDRADE; Rudolf von SINNER (Orgs.), *Diaconia no contexto nordestino: desafios – reflexões – práxis*, São Leopoldo: Sinodal e CEBI; São Paulo: Paulinas, 2003. As duas publicações fazem parte da série *Diaconia na América Latina*.

22 CESE, *É fácil...*, op. cit., p. 12-16, e www.cese.org.br/Projetos/roteiro.htm.

Aqui junta-se o quarto aspecto: conforme já mencionado, o apoio a projetos prestado pela CESE segue um roteiro bastante exigente²². No entanto, este se refere a conteúdo, objetivos, metodologia e alcance de um projeto, mas não existe nenhuma restrição quanto a cor, etnia, gênero, classe social ou outras distinções das pessoas solicitantes ou beneficiadas. Como disse, é um trabalho motivado pela fé cristã, e isto pode e deve ser explícito. Procura-se aprofundar a colaboração ecumênica entre igrejas cristãs para uma diaconia adequada e eficiente em favor de toda a sociedade. Não pára aqui. Procura-se também a colaboração com os movimentos populares onde se encontram pessoas de vários tipos de crença ou sem religião assumida. Em termos práticos, parece-me que esta última colaboração tem sido a parte mais forte da CESE durante sua trajetória, com apoio da chamada “tribo ecumênica” dentro das igrejas²³, e é exatamente isto que tem lhe rendido tanto respeito. No entanto, estão surgindo, hoje, questionamentos não apenas a partir das igrejas-membro, mas também por parte dos movimentos, sobre o papel da religião na CESE. Por que, perguntou a representante negra de um projeto apoiado pela CESE, a Campanha da Primavera produz uma liturgia apenas cristã e não inclui uma liturgia acessível para quem faz parte de uma religião afro-brasileira? É um desafio ainda pouco trabalhado, mas tenho certeza de que se tornará mais e mais urgente. O apoio prático traz consigo implicações religiosas que não podem ser deixadas de lado.

Num quinto e último aspecto, as campanhas mencionadas também tratam das temáticas que a CESE adota como centrais, atualmente focalizadas no aspecto da segurança: *Segurança alimentar* e *segurança pública*, relacionando o combate à fome com a superação da violência²⁴. Sem as condições necessárias para uma vida digna com as necessidades básicas satisfeitas, será impossível uma real diminuição da violência. De outro lado, esta também é necessária para uma vida digna, pois a violência destrói as relações humanas, base de qualquer sociedade e seu bem-estar. Entre outros, a CESE insere-se, desta forma, na *Década pela Superação da Violência*, chamada pelo CMI em 1998 e lançada em 2001, fortalecendo novamente os laços entre o ecumenismo local e universal²⁵. É aqui também que se dá a colaboração com o programa Fome Zero do governo Lula. O assessor espe-

23 Cf. Edin Sued ABUMANSUR, *A tribo ecumênica: um estudo do ecumenismo no Brasil nos anos 60 e 70*, dissertação de mestrado em Ciências Sociais da PUC/SP, 1991, mimeografado.

24 Este fato também determinou o tema da Campanha Primavera para a Vida deste ano: *Pão e Paz*.

25 Interessante fruto desta campanha é o Relatório sobre a Dignidade Humana e a Paz no Brasil, publicado pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), que pretende medir a cada ano o grau de indignação e percepção da população brasileira em relação à violência. CONIC, *Relatório sobre a dignidade humana e a paz no Brasil 2002*, São Paulo: Salesiana, 2002.

cial da Presidência da República, Frei Betto, já visitou a CESE e participou do debate público comemorativo dos 30 anos, falando sobre o programa e as preocupações ligadas a ele. No âmbito internacional, a CESE colaborou na organização da visita do relator especial da ONU referente à segurança alimentar, o suíço Jean Ziegler. Finalmente, o fato de a IX Assembléia Geral do CMI acontecer em Porto Alegre, logo após o Fórum Social Mundial, no ano de 2006, com a provável presença do presidente Lula, torna este momento e a preparação para ele um espaço privilegiado para promover o ecumenismo em prol de uma sociedade mais justa – obviamente bem além das fronteiras das atuais igrejas-membro do CMI no Brasil, que são uma pequena minoria²⁶.

Estas são apenas algumas pinceladas sobre a trajetória e o perfil da CESE em relação ao seu Ecumenismo de Justiça. Espero ter conseguido mostrar que a questão da justiça é momento intrínseco da fé e, portanto, do ecumenismo, mas que uma organização que tem seu eixo no trabalho prático em prol de uma sociedade justa, com oportunidades de vida para todas e todos, não pode deixar de lado questões de fé, espiritualidade, religião. Portanto, encerro estas reflexões com um trecho do “Credo da Juventude Brasileira”, formulado durante a 3ª Consulta da CESE sobre Cidadania e Diaconia pelos próprios participantes, jovens de todo o Brasil:

Cremos na solidariedade ecumênica e na sua força renovadora da sociedade
Cremos no serviço a favor da vida e no amor ao próximo
Cremos no direito de todas as pessoas à cidadania
Cremos na luta apaixonada pelo direito à vida abundante
Cremos que agora e sempre é o momento de agir
Cremos na unidade
Cremos na diversidade
Cremos na justiça
Cremos na paz
Cremos que o nosso Brasil tem jeito!²⁷

26 São elas as Igrejas Cristã Reformada, Episcopal Anglicana, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista e Presbiteriana Unida.

27 CESE, 3ª Consulta sobre Cidadania e Diaconia, op. cit., contracapa.